



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo nº	11178/2023
Data de início	30/05/2023
Folha	19
Rubrica	

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

Processo nº 11178/2023

Recurso Administrativo ao Edital de Concorrência Pública nº 01/2023

Processo originário nº 17501/2022

À Comissão Permanente de Licitação,

A **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**, vem, em atenção ao questionado pela empresa COPA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, às fls. 03-09, informar e requerer o que segue.

Trata-se de recurso administrativo ao **edital de Concorrência Pública nº 01/2023**, relativo à contratação de empresa especializada para **CONSTRUÇÃO DE 02 (DUAS) QUADRAS POLIESPORTIVAS COBERTAS E UM PÁTIO COBERTO NO CAMPUS DE EDUCAÇÃO PÚBLICA TRANSFORMADORA – CEPT, SITUADO A RUA CINQUENTA E DOIS, LOTEAMENTO JARDIM ATLÂNTICO, ITAIPUAÇU - MARICÁ**, interposto pela empresa **COPA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA**, em que impugna:

- a) Alega que foi ilegalmente inabilitada após análise dos documentos de habilitação por não apresentar o Balanço Patrimonial devidamente registrado referente ao exercício do ano de 2022;
- b) Contesta a não apresentação da declaração oficial da autoridade judiciária competente;
- c) Contesta a incorreta análise da qualificação técnica.

A Comissão Permanente de Licitação manifestou-se às fls. 10/18, pelo deferimento do recurso.

É o relatório.

1- DO BALANÇO PATRIMONIAL

A documentação relativa a habilitação econômico-financeira do balanço patrimonial e demonstrações contábeis da empresa tem como finalidade a comprovação da boa situação financeira da empresa.



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo nº	11178/2023
Data de início	30/05/2023
Folha	20
Rubrica	(assinatura)

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

Ressalta-se que o prazo de apresentação do balanço patrimonial é um tema controvertido, pois há previsão de dois prazos: o primeiro até junho do ano subsequente para as empresas obrigadas a apresentarem Escrituração Contábil Digital, por meio de SPED (Instrução Normativa RFB nº 2003/2021) e o outro até abril do ano subsequente as que não são obrigadas apresentarem Escrituração Contábil Digital (Código Civil, art. 1065 c/c 1078, i).

Esse tema não possui entendimento pacífico nos tribunais, contudo, os acórdãos mais recentes do Tribunal de Contas da União têm decidido no sentido de aceitar o balanço patrimonial (Acórdão 119/2019 e 472/2016 – TCU) com o prazo indicado na Instrução Normativa RFB nº 2003/2021, onde no caso concreto deverão comprovar a autenticação de sua documentação por meio da entrega no SPED e em todos os casos as Demonstrações deverão serem apresentadas de forma integral, inclusive acompanhada de Notas Explicativas.

Em respeito ao princípio da autotutela, está consagrada a hermenêutica de controle dos atos administrativos, instrumentaliza a Administração para a revisão de seus próprios atos, exercendo um controle sobre os seus próprios atos. É o que preconiza a súmula nº 473 do STF, *verbis*:

Súmula 473: A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

2- DA NÃO APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO OFICIAL DA AUTORIDADE JUDICIÁRIA COMPETENTE

Esta secretaria entende correta a postura da CPL, tendo em vista não haver necessidade de diligenciar essa questão pela empresa já estar inabilitada por outros requisitos. Portanto, não merece prosperar a alegação o recorrente.

3- DA INCORRETA ANÁLISE DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Conforme Acórdão 361/2017 (Plenário, Representação, Relator Ministro Vital do Rêg) é obrigatório o estabelecimento de parâmetros objetivos para análise da comprovação



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo nº	11178/2023
Data de início	30/05/2023
Folha	21
Rubrica	

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

(atestados de capacidade técnico-operacional) de que a licitante já tenha prestado serviços pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação (art. 30, inciso II, da Lei 8.666/1993).

Os parâmetros legais foram respeitados pelo Instrumento Convocatório, de forma justificada e com as quantidades determinadas, conforme disposto na Lei de Licitações nº 8.666/1993, bem como jurisprudência recente do Tribunal de Contas da União. Portanto, **não merece prosperar a alegação o recorrente.**

Assim, esta secretaria, com fundamento no posicionamento de sua equipe técnica, manifesta-se pelo **conhecimento e DEFERIMENTO PARCIAL do recurso, sendo promovida as alterações suscitadas para indicar a data-limite indicada na Instrução Normativa nº 2003/2021.**

Maricá, 11 de julho de 2023.

Maiara Marins Guimarães
Mat. 8036

De acordo,

Márcio Batalha Jardim
Secretário de Educação
Mat. 110.941

Luanna Carini
Subsecretaria de Planejamento
Orçamento e Finanças da Secretaria
de Educação - Mat. 112676